

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

**ELISANGELA MARIA DA SILVA VIANA**

**O IMPACTO NO CONTEÚDO INFORMACIONAL DA DEPRECIÇÃO  
APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE  
CONTABILIDADE (IFRS) NO BRASIL.**

**VITÓRIA  
2015**

**ELISANGELA MARIA DA SILVA VIANA**

**O IMPACTO NO CONTEÚDO INFORMACIONAL DA DEPRECIÇÃO  
APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE  
CONTABILIDADE (IFRS) NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa.

**VITÓRIA  
2015**

**ELISANGELA MARIA DA SILVA VIANA**

**O IMPACTO NO CONTEÚDO INFORMACIONAL DA DEPRECIÇÃO  
APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE  
CONTABILIDADE (IFRS) NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis–Nível Profissionalizante, na área de concentração Contabilidade Gerencial.

Aprovada em 02 de março de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**PROF. ORIENTADOR DR. FÁBIO MORAES DA COSTA**

(FUCAPE)

**PROF. DR. DANILO SOARES MONTE-MOR**

(FUCAPE)

**PROF. DR. FERNANDO CAIO GALDI**

(FUCAPE)

Aos meus pais, aos meus  
irmãos, a minha irmã de  
coração Leilma, ao meu marido  
Cláudio e a minha filha linda  
Júlia.

## **AGRADECIMENTOS**

Foi um longo tempo de caminhada durante este curso, não faltaram dificuldades e obstáculos, mas Deus se fez presentes em todos momentos. Meu agradecimento especial a Ele que tornou possível o Mestrado na minha vida, mesmo não sendo merecedora.

Agradeço meus pais, cada um de seu jeito, foram fundamentais para o desenvolvimento deste curso, agradeço muito por entender as vezes que não pude dar a devida atenção.

Aos meus colegas de mestrado e trabalho que estavam sempre dispostos a ajudar. Agradeço a vocês pelo apoio, amizade e por todos os momentos compartilhados. Sem esse grupo tão unido não teria forças para chegar até aqui!

Ao meu marido Cláudio e minha filha Júlia, obrigada pela paciência nos momentos que não pude lhe dar atenção e principalmente a minha filha Júlia que é a razão do meu viver, é meu tudo. Amo vocês!!'

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa pelo apoio, compreensão e paciência ao me orientar, sempre de forma segura. Obrigada pela excelente orientação!

Aos professores da FUCAPE pelo conhecimento compartilhado.

## RESUMO

Neste estudo foi avaliado o impacto no conteúdo informacional da despesa de depreciação após a adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) em companhias brasileiras de capital aberto. Para responder a questão de pesquisa foram coletados dados contábeis e financeiros de companhias listadas na BM&FBovespa, no período de 1996 a 2013. As análises foram segregadas para o período anterior à implementação da Lei 11.638/07 e para o período após a efetiva implementação das IFRS no Brasil. Como o modelo utilizado é baseado em variações de contas contábeis, os anos de 2008, 2009 e 2010 foram excluídos, evitando-se utilizar informações durante o período de transição do antigo modelo brasileiro para o internacional. Os resultados obtidos indicam que o tratamento com base em regras fiscais praticado no período pré-adoção do modelo internacional gerava informações irrelevantes para o mercado sobre a despesa de depreciação. Já a partir de 2011, com a consideração da vida útil econômica, do padrão de consumo de benefícios e do valor residual, as despesas de depreciação passaram a ser relevantes. Outro resultado obtido com a pesquisa foi em relação aos ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados, em que antes das IFRS eram relevantes para o mercado, e que passaram a ser irrelevantes a partir de 2011. Tais evidências indicam que as mudanças no cálculo da despesa de depreciação aproximaram o valor contábil do ativo de seu valor econômico. Tais resultados contribuem para a discussão sobre os efeitos do processo de convergência contábil no Brasil.

**Palavra chaves:** Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Despesa de depreciação. Conteúdo informacional.

## ABSTRACT

This study evaluated the impact on the information content of depreciation expense after the adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Brazilian publicly-held companies. To answer the research question were collected accounting and financial data of companies listed on the BM&FBovespa, from 1996 to 2013. The analysis was segregated for the period prior to the implementation of Law 11.638/2007 and for the period after the effective implementation of IFRS in Brazil. As the model used is based on financial accounts variations, the years 2008, 2009 and 2010 were excluded, avoiding use information during the transition period from the old Brazilian model for international. The results indicate that treatment based on tax rules practiced in the pre-adoption period of international model generated irrelevant information to the market regarding the depreciation expense. Starting in 2011, with the consideration of economic life, the consumption pattern of benefits and the residual value, the depreciation became relevant. Another result obtained with the search was related to gains and losses on disposal of fixed assets, where before IFRS were relevant to the market, and which have become irrelevant as of 2011. Overall, evidence indicate that changes in the calculation of depreciation expense approached the book value of its economic value. These results contribute to the discussion on the effects of the accounting convergence process in Brazil.

**Keywords:** International Financial Reporting Standards (IFRS). Depreciation expense. Informational content.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 – A INFORMAÇÃO CONTÁBIL E A CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.....	13
2.2- DEPRECIAÇÃO.....	16
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
<b>4- RESULTADOS .....</b>	<b>26</b>
4.1-ANÁLISE DESCRITIVAS DOS DADOS .....	26
4.2- RESULTADOS DAS REGRESSÕES .....	29
<b>5- CONCLUSÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O cenário contábil brasileiro passou por mudanças significativas a partir do ano de 2008 em face às novas Normas Brasileiras de Contabilidade (*NBCs*) que possuem, em sua maioria, correspondência com as denominadas IFRS (*International Financial Reporting Standards*), elaboradas pelo IASB (*International Accounting Standards Boards*) (FREIRE et al., 2012). Essas alterações tiveram início pela alteração da Lei nº 6.404/76 pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Uma das mudanças trazidas pela atualização da legislação societária é o distanciamento entre a contabilidade fiscal e societária, em que as regras definidas pela Secretária da Receita Federal (SRF) não devem influenciar a escrituração contábil (REIS e NOGUEIRA, 2012).

Diante desse cenário de mudanças das novas normas, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o impacto no conteúdo informacional da despesa de depreciação após a adoção dos IFRS e como objetivo secundário verificar o impacto dos ganhos ou perdas na alienação dos bens após as mudanças das normas contábeis.

A convergência da contabilidade brasileira para as IFRS promoveu, entre outras, a priorização da essência sobre a forma, que consiste na busca da representação da realidade econômica independentemente da estrutura formal de uma transação ou evento (SANTOS e CALIXTO, 2010; MELLO e SALOTTI, 2013).

Daske et al. (2008) observaram que os benefícios da adoção do IFRS no mercado de capitais são mais pronunciados em países com regimes de execução rígidos e onde o ambiente institucional fornece fortes incentivos às empresas para

serem transparentes e seus efeitos são mais significantes para os países onde GAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos) local difere mais do IFRS.

Para Jermakowicz (2004), a implantação de IFRS em diversos países elimina diferentes métodos de contabilização para as mesmas operações, o que potencialmente contribuiria para aumento de comparabilidade das demonstrações financeiras.

Na mesma linha de argumentação, Baptista (2009) afirma que a convergência das normas brasileiras para as internacionais fez com que o custo de se elaborar as demonstrações contábeis em mais de um padrão deixasse de existir, e ainda proporcionou uniformização da linguagem, permitindo a comparabilidade na gestão de unidades de diferentes países.

Além da comparabilidade, Daske (2008) afirma que o uso do IFRS melhora a transparência empresarial, aumenta a qualidade dos relatórios financeiros e, portanto, beneficia os investidores. No Brasil, Barros et al. (2013) e Lima (2010) apresentaram evidências de que o processo de convergência brasileiro às normas contábeis internacionais proporcionou aumento na relevância da informação contábil.

No caso da adoção no Brasil, com objetivo de minimizar os impactos positivos ou negativos no lucro tributário com as novas regras contábeis, foi instituído, em 2008, o Regime Tributário de Transição<sup>1</sup> (RTT) por meio da Lei nº 11941/2009. A partir de 2010 o novo regime passou a ser obrigatório e tem como objetivo garantir a neutralidade tributária em virtude da adoção dos novos critérios de reconhecimento

---

<sup>1</sup> Regime tributário de Transição foi criado através da Lei 11941/2009 e o mesmo foi extinto através da Lei nº 12973/2014 que será obrigatória a partir de 2015.

de receitas, despesas ou custos (MELLO e SALOTTI, 2013; SRF – PARECER NORMATIVO 01/2011).

Para Ferreira et al. (2012) as mudanças contábeis permitiram a mensuração, a evidenciação e o reconhecimento da informação contábil com maior flexibilidade (SILVA e CROZATT, 2013), assim como também diminuiu a influência dos efeitos tributários no que se refere às escolhas contábeis.

Conforme Mello e Salotti (2013), com as mudanças há uma tendência, a *priori*, de aumento das diferenças entre lucros contábil e fiscal. O lucro contábil é calculado com base nos princípios GAAP, onde seu objetivo principal é fornecer informações úteis aos usuários externos e internos visando à tomada de decisões sobre alocação de recurso, e o lucro tributável segue o que determina a legislação tributária, tendo como objetivo atender a questões relacionadas ao governo (FERREIRA et al., 2012).

No Brasil, Antes de 2008 para fins de depreciação, as empresas adotavam percentuais definidos pela SRF (Secretária da Receita Federal). Porém, após a adoção das IFRS as empresas passaram a utilizar taxas de depreciação que seriam potencialmente mais próximas da realidade econômica do bem, possibilitando a separação dos critérios contábeis e fiscais para a avaliação patrimonial (REIS e NOGUEIRA, 2012; FREIRE et al., 2012; VIANA et al., 2013).

Ercket et al. (2012) pesquisaram as mudanças contábeis que afetaram o ativo imobilizado, entre essas mudanças pesquisou a vida útil do bem e constataram que houve redução significativamente dos custos e despesas com a depreciação das companhias através das mudanças na maneira de avaliar o ativo imobilizado no que

se refere a sua vida útil, trazendo ao resultado um impacto positivo, exceto quando adotado o *deemed cost*<sup>2</sup>.

Outros estudos empíricos (MACHADO et al., 2012; ECKERT et al., 2012; REIS e NOGUEIRA, 2012) pesquisaram sobre as mudanças nas normas contábeis no que se refere ao nível de evidenciação, mensuração e avaliação dos ativos imobilizados, informação contábil em sua qualidade e separação dos critérios fiscais e contábeis.

Freire et al. (2012) pesquisaram sobre as práticas contábeis relacionadas aos bens do ativo imobilizado e a taxas baseadas na vida útil econômica do bem como também na implementação das mesmas, onde os resultados indicaram que um elevado percentual de companhias nos anos de 2009 e 2010 adotaram as novas práticas no lugar das antigas taxas fiscais.

Diante do exposto a presente pesquisa questiona: A implantação das normas internacionais de contabilidade (IFRS) alterou o conteúdo informacional da despesa de depreciação nas companhias brasileiras de capital aberto?

O presente estudo justifica-se através do fato de que qualquer alteração no método de cálculo da depreciação poderá impactar no resultado e no patrimônio da empresa e conseqüentemente no fornecimento de informações contábeis aos usuários externos e internos, influenciando os seus usuários em suas decisões individuais, afetando o funcionamento dos mercados e a alocação dos recursos e, conseqüentemente, a eficiência da economia.

---

<sup>2</sup> Deemed cost (custo atribuído) é trazer alguns itens do ativo imobilizado ao valor justo utilizando este valor como custo atribuído (*deemed cost*) (ECKERT et al., 2012) e conforme ICPC 10 este custo atribuído só poderá ser aplicado ao ativo imobilizado no início da adoção das novas normas.

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa foi necessário analisar os dados contábeis e financeiros das todas as empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa nos anos de 1996 a 2013, verificando as variações de depreciação estatisticamente relacionados com o preço de mercado.

Neste estudo constatou-se que as despesas de depreciação antes das IFRS eram irrelevantes para o mercado, enquanto após o ano de 2011 com o cálculo através da vida útil econômica do bem e a presença do valor residual os resultados apresentados mostram que o conteúdo informacional da informação contábil da despesa de depreciação foi alterado passando ser relevante para o mercado.

Outro resultado encontrado neste estudo foi em relação à variável ganhos e perdas, que antes das mudanças contábeis apresenta resultados estatisticamente significativos e ao contrário acontece após as IFRS, mostrando que provavelmente após o ano de 2011, com o cálculo da despesa de depreciação mais próximo da realidade econômica através da vida útil do bem, faz com que há uma redução na magnitude das perdas e ganhos na alienação de ativos.

A presente pesquisa esta dividida em cinco partes, inicialmente foram abordados aspectos introdutórios; na segunda parte foram abordados os aspectos teóricos que a embasaram; na terceira parte a metodologia utilizada para a realização da pesquisa; na quarta parte, estão às análises dos dados e resultados; e finalmente na quinta parte a conclusão.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 – A INFORMAÇÃO CONTÁBIL E A CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As informações contábeis auxiliam na redução da assimetria informacional existente entre os usuários externos da entidade (credores, acionistas e governo, dentre outros) e usuários internos (como gestores, por exemplo), além de serem utilizadas no estabelecimento e monitoramento de contratos (LOPES e MARTINS, 2005; NETO et al., 2005).

Segundo Ludícibus (2010), a contabilidade tem como função fundamental fornecer aos usuários de demonstrações financeiras informações que contribuam para sua tomada de decisões. A contabilidade deve fornecer informações relevantes capazes de alterar as expectativas de seus usuários (NASCIMENTO et al., 2006).

Para Souza et al. (2013) a contabilidade constitui em uma ferramenta que possibilita a diversos usuários a avaliação da real situação de uma organização, dado que nem todos indivíduos envolvidos nas atividades de uma organização possuem informação no mesmo nível.

Segundo Ludícibus e Lopes (2004), estudos relacionados ao papel da contabilidade como fornecedora de informações para o mercado de capitais é de importância máxima para ser avaliar a informação contábil em sua eficiência no atendimento de alguns de seus usuários mais importantes como os investidores e analistas de mercados de capitais.

A partir das interpretações da informação contábil de natureza financeira, econômica, de produtividade e física os usuários a utilizam na solução dos problemas, sendo considerada desta forma, como aquela que tem o poder de alterar

o conhecimento dos seus usuários em relação à empresa (YAMAMOTO e SALOTTI, 2006, SILVA et al., 2012).

Segundo Beaver (1968) pode se afirmar que um relatório de resultados tem conteúdo informacional se na avaliação do investidores o mesmo contiver alguma alteração sobre retornos futuros prováveis, de maneira que haja alteração no preço de mercados em relação ao seu valor de equilíbrio (LYRA e OLINQUEVITCH, 2007).

Com a alteração da Lei 6.404/76 por meio das edições das Leis 11.638/07 e 11.941/09, iniciaram as mudanças dos padrões brasileiros para os padrões internacionais.

Um argumento relevante para a convergência era a evidenciação dos eventos econômicos das empresas para os usuários da informação fora do universo contábil, já que as normas IFRS conforme o pronunciamento conceitual (Pronunciamento Técnico da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, p. 13), foi elaborado buscando priorizar a essência sobre a forma (GILIO e AFONSO, 2013; GILIO, 2011).

Para Callao et al. (2007) a convergência traz a aproximação das regras contábeis em diferentes países, com o objetivo de melhorar a utilidade da informação financeira no contexto internacional. Autores como Daske et al. (2008) argumentam que o uso das IFRS aumenta a qualidade dos relatórios financeiros, melhora a comparabilidade das declarações financeiras beneficiando, desta forma, os investidores.

Especificamente no Brasil, o processo de mudanças nas normas contábeis teve início com a criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), através da Resolução 1.055/05, um dos seus principais marcos (OLIVEIRA e LEMES, 2011).

Segundo Suadíye (2012), as IFRS são usadas em muitas partes do mundo e é geralmente esperado que a adoção em nível mundial será benéfica para os investidores e outros usuários das demonstrações contábeis. Atualmente, mais de 100 países ao redor do mundo, quer permitir ou exigir empresas a utilizar o IFRS, e com mais países devem aplicar as IFRS no futuro.

Conforme Beck et al. (2013), o processo de conversão às IFRS no Brasil é associado à promulgação de leis que têm o poder de disciplinar a matéria, reforçando assim, a característica do Brasil como um país *code-law*, orientando as companhias à adaptação em função da regulamentação imposta.

Para Oliveira e Lemes (2011) o processo de mudanças nas normas contábeis tem como finalidade a integração entre os países das praticas contábeis atendendo a informação contábil em suas necessidades, principalmente, para os mercados financeiros. Ainda para esses autores o processo de mudanças das normas contábeis tem como objetivo a adaptação das diferenças de GAAPs existentes, permitindo a comparabilidade e aumentando a movimentação do capital entre as economias globais.

Assim como ocorrido em outros países, no Brasil a adoção das IFRS trouxe benefícios como aumento de liquidez das ações e redução de custo de capital, assim como já ocorrido em outros países (SANTOS e CALIXTO; 2010). Segundo Macedo et al. (2013) a harmonização em empresas multinacionais diminui os custos para gerenciar sistemas contábeis diferenciados, assim como também facilita a tarefa de consolidação na elaboração das demonstrações e reduz a perda informacional na conversão dos padrões contábeis.

Pesquisas no Brasil (BARROS et al., 2013; MACEDO et al., 2011; NASCIMENTO et al., 2006; MACEDO et al, 2013; MACEDO et al., 2013) têm

abordado a informação contábil e sua relevância e os impactos no conteúdo informacional após a adoção dos IFRS. Macedo et al. (2013), consideram que o padrão IFRS representa mais adequadamente a realidade das empresas, conseqüentemente trouxe alterações no conteúdo informacional.

Oliveira e Lemes (2011) confirmaram um maior nível de convergência entre IFRS e US GAAP de empresas simultaneamente listadas na Bolsa de Nova York e Bolsa de São Paulo sugerindo que, em decorrência da adoção das IFRS (SANTOS et al., 2011) os demonstrativos contábeis das companhias elaboradas em BR GAAP passaram por modificações substanciais pó meio do aumento do nível de evidenciação.

Pesquisas empíricas em outros países (DEVALLE et al., 2010; LANDSMAN et al., 2012; LIU, 2012; SUADÌYE, 2012; LIN e CHEN, 2005; SHEIEBEL, 2006; HORTON e SERAFEIM, 2006 ) também discorrem sobre da informação contábil, sua relevância e os impactos no conteúdo informacional após a implantação do IFRS. Suadíye (2012) constatou em sua pesquisa que a adoção do IFRS aumentou a informação contábil em sua relevância nas empresas turcas, este fato também ocorreu nas empresas do Peru, onde teve a adoção do IFRS a partir de 2002 e nas empresas europeias. (LUI et al. , 2012, Devalle et al. , 2010).

## 2.2- DEPRECIAÇÃO

A IAS 16 – *Property, Plant and Equipment* - define depreciação “como a imputação sistemática de valores a ser depreciado de um bem no decorrer da sua vida útil”, onde o custo do ativo ou outro valor substituto do custo é a quantia a ser depreciada deduzida do seu valor residual.

Ainda para a IAS 16 o valor estimado que uma empresa obtesse de forma correta na alienação do ativo é considerada como valor residual do mesmo, após dedução dos custos estimados de alienação e o método de depreciação usado deve refletir o modelo pelo qual os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela empresa.

No Brasil, o CPC 27 estabelece o tratamento contábil para os ativos imobilizados e este pronunciamento está correlacionado ao IAS 16 - *Property, Plant and Equipment* (CPC 27, 2009).

Para Hill (1999) depreciação consiste a redução do valor de um ativo fixo entre o início e o fim do período contabilístico resultante do seu uso na produção, enquanto para Davidson e Drake (1961) a depreciação representa o custo de consumo de um recurso produtivo durável, por outro lado Freire et al. (2012) argumentou que para o CPC 27 (2009) a depreciação é uma alocação sistemática da quantia a ser depreciada de um ativo no decorrer de sua vida útil.

Ainda dentro do entendimento do CPC 27, vida útil de um ativo é o período de tempo em que a empresa prever a utilização do mesmo; ou quantidade de unidades que a empresa espera produzir com a utilização do ativo.

Segundo Keating e Zimmerman (2000) a depreciação contábil afeta as demonstrações financeiras das empresas que são frequentemente utilizados em contratos, divulgações aos mercados de capitais, tomada de decisão pelos gestores e cálculos de impostos.

No Brasil, porém, as empresas em sua contabilidade apresentavam direcionamento para critérios estipuladas em leis fiscais específicas (FREIRE et al.,

2012). Esta conduta fica clara em relação ao uso das taxas fiscais de depreciação antes das mudanças contábeis. As entidades que tinham o IRPJ e a CSLL calculados pelo lucro real estavam obrigadas a fazer uso de taxas de depreciação aceitas pelo fisco respeitando as despesas de depreciação em seus limites de dedutibilidade (FREIRE et al., 2012).

Até 2008 a legislação fiscal interferiu no âmbito contábil determinando formas de contabilização, classificação e evidenciação de fatos contábeis, como exemplo pode-se citar a determinação da vida útil dos bens e das taxas de depreciação aplicáveis aos ativos fixos (MACHADO et al., 2012).

Os critérios básicos fiscais para depreciação no Regulamento de Imposto de Renda estão consolidados no Decreto nº 3000/99 nos seus artigos 305 a 323, como também a relação dos ativos e suas vidas úteis respectivas e taxas de depreciação máximas estão nas Instruções Normativas da SRF 162 (31.12.1998) e 130 (10.11.1999). As taxas anuais máximas de depreciação estipuladas pelo Fisco são normalmente para uso dos ativos em um turno diários de oito horas (FREIRE et al., 2012).

Entretanto, o novo padrão contábil brasileiro dá maior autonomia às práticas contábeis, uma vez que a Lei 11.638/07 incluiu ao artigo 177 da Lei 6.404/76, o seu § 5º, o qual dispõe que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser implantados nos mercados de valores mobiliários e preparados em conformidade com os internacionais padrões de contabilidade (FREIRE et al., 2012).

Sendo assim, foi eliminada a possibilidade de elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis com parâmetros diferentes daqueles previstos nas normas contábeis, inclusive com critérios fiscais (MACHADO et al., 2012).

Machado et al. (2012) ressaltam que um fator de peso influenciou as práticas contábeis por longos anos, as práticas fiscais estipuladas pela SRF (Secretária da Receita Federal), especialmente, quanto à estimativa de vida útil dos ativos fixos e das taxas de depreciação aplicáveis aos mesmos. Tal influência pode ser observada nos anexos I e II, previstos nos incisos I e II, do artigo 1º, da Instrução Normativa SRF Nº 162, de 31 de dezembro de 1998, onde a referida instrução dispõe que as quotas de depreciação, classificadas como despesa ou custo, a serem registradas na escrituração da pessoa jurídica, serão determinadas com base nos prazos de vida útil e nas taxas de depreciação previstas nos referidos anexos.

Antes da convergência das normas a depreciação era contabilizada de forma linear, seguindo as leis fiscais e tributárias e com quase nenhuma atenção à vida útil do ativo, depois da convergência a depreciação é contabilizada sob uma perspectiva econômica e apresenta uma definição de diminuição de valor pelo uso do ativo. Sendo assim os ativos então sendo contabilizados de acordo com as novas normas contábeis, portanto a essência dos ativos apresenta em conformidade, e o valor do montante e deduzido do valor consumido pelo seu uso (GILIO e AFONSO, 2013).

A Lei 11.638/07, em seu artigo 183, determina que os critérios utilizados para determinação estimada da vida útil econômica de um bem para o cálculo da depreciação sejam revisados e ajustados periodicamente (ECKERT et al, 2012). Anteriormente a prática brasileira consistia na utilização de prazos de vida útil estipulados para fins tributários em vez do valor residual e a avaliação da vida útil

econômica do bem (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2009; ECKERT et al, 2012).

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 27, uma das maneiras das empresas efetuarem a “estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado” (ECKERT, 2012) é com base na experiência das mesmas com ativos semelhantes. Conforme Eckert (2012) quando uma empresa considera que determinado ativo poderá ser útil em suas operações por um determinado tempo e depois será vendido, este poderá ter sua vida útil menor que sua vida econômica.

Segundo Powell et al. (2001), ao calcular a despesa de depreciação, uma empresa tem poder discricionário na escolha do método de depreciação e esta escolha pode afetar a quantidade de despesa de depreciação e, portanto, reportar ao lucro.

Jackson et al. (2009) afirmam em seus estudos que as empresas que usam depreciação acelerada fazem investimentos de capital significativamente maiores do que as empresas que utilizam o método da linha reta e que a escolha do método feita para fins de relatórios financeiros externos influencia as decisões de investimento de capital dos gestores. A depreciação é relevante para a tomada de decisões principalmente, se não exclusivamente, para a decisão de investimento (BAUMOL, 1971).

Telles (2013) evidenciou em seus estudos que a adoção das IFRS trouxe mudanças consideráveis nas Notas Explicativas no que se refere à despesa de depreciação, mas concluiu também que ainda existem resquícios da cultura anterior, como baixo nível de revisão das taxas e a não apresentação das informações obrigatórias sobre depreciação.

Powell et al. (2001) pesquisaram como o mercado financeiro usa as informações sobre despesa de depreciação nas demonstrações financeiras e concluíram que os mercados financeiros não se fixam na divulgação dos lucros, e sim nos ajustes de vários métodos de depreciação selecionados pelas empresas.

Kang e Zhao (2010) pesquisaram o conteúdo informacional e o valor relevante da despesa de depreciação para as empresas imobiliárias e empresas industriais e evidenciaram que a despesa de depreciação é mais relevante para as empresas imobiliárias do que para as empresas industriais.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida com dados anuais referentes às companhias que estão listadas na BM&FBovespa, coletados no banco de dados da Economática. Os dados foram rodados para cada período (pré e pós IFRS) em painel com duplo efeito fixo (empresa e ano).

Para responder a questão de pesquisa foi necessária a análise de dados contábeis e financeiros de empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa no período de 1996 a 2013, em que o período anterior à implantação da Lei 11638/07 corresponde aos anos de 1996 a 2007; e o período posterior foi a partir de 2011.

Os anos de 2008 e 2009 foram retirados desta pesquisa pelo fato de que nesses anos nem todas as empresas tinham elaborado suas Demonstrações Contábeis de acordo com as novas normas, já que a obrigatoriedade conforme a lei era a partir do ano de 2010. Apesar da obrigatoriedade a partir do ano de 2010, este ano também foi excluída devido ao fato do modelo utilizado ser baseado em variações de contas contábeis, evitando-se desta forma a utilização de informações durante o período de transição do antigo modelo brasileiro para o internacional.

Visando avaliar o conteúdo informacional relacionado à despesa de depreciação e ao tratamento contábil do ativo imobilizado a presente pesquisa baseou-se nos modelos utilizados por Kang e Zhao (2010), Gore e Stott (1998) e Vincent (1999), com modificações que foram as inclusões das variáveis *dummy* de ano e as variáveis *dummy* IFRS que assume 1 para o período pós - IFRS (2011 a 2013) e 0 para o período pré - IFRS no Brasil (1996 a 2007).

Os modelos utilizados por Kang e Zhao (2010), Gore e Stott (1998) e Vincent (1999) consistem em relacionar o retorno da ação com a variação do Resultado Contábil que é decomposto em três componentes que são: variação das despesas de depreciação; variação dos ganhos ou perdas na alienação do imobilizado e variação de outras contas de resultados que são chamados pelos autores de FFO que é uma medida de desempenho composta por lucro líquido mais depreciação menos ganhos ou perdas.

O presente estudo difere dos estudos de Kang e Zhao (2010), Gore e Stott (1998) e Vincent (1999), pois esta pesquisa analisa e compara o conteúdo informacional da despesa de depreciação e dos ganhos e perdas na alienação do imobilizado, antes e após das IFRS. Já os estudos de Kang e Zhao (2010), Gore e Stott (1998) e Vincent (1999) analisam e comparam o conteúdo da informação da despesa de depreciação e dos ganhos e perdas na alienação do imobilizado das empresas de investimentos na alienação de bens e empresas industriais.

Diante das mudanças contábeis no cálculo da depreciação espera-se que os resultados referentes às variáveis de despesas de depreciação apresentem resultados estatisticamente significativos após a adoção das IFRS, indicando que as mesmas passaram a ser relevantes para o mercado.

Espera-se também que a pesquisa possa evidenciar o impacto na relevância de ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados: se o cálculo da despesa de depreciação estiver mais próximo da vida útil econômica do bem, o valor dos ganhos ou perdas seria significativamente reduzido, assim como sua relevância.

Dado que o objetivo do trabalho não é somente de avaliar o conteúdo informacional da despesa de depreciação, mas também avaliar se houve alteração no conteúdo informacional antes e após a adoção do IFRS no Brasil o modelo foi rodado tanto para o período pré quanto para o período pós IFRS, por meio da seguinte equação:

**Equação** – Relevância da despesa de depreciação nos períodos pré e pós IFRS

$$\begin{aligned}
 AR_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \Delta FFO_{i,t} + \beta_2 \Delta DEP_{i,t} + \beta_3 \Delta GAIN_{i,t} + \beta_4 \ln MV_{i,t-1} + \beta_5 BM_{i,t-1} \\
 & + \sum_{i=2013}^{1996} \beta_i Y_i + \beta_6 \text{dano}_t + \beta_7 DIFRS_{it} + \beta_8 DIFRS_{it} \times \Delta FFO_{i,t} \\
 & + \beta_9 DIFRS_{it} \times \Delta DEP_{i,t} + \beta_{10} DIFRS_{it} \times \Delta GAIN_{i,t} \\
 & + \beta_{11} DIFRS_{it} \times \ln MV_{i,t-1} + \beta_{12} DIFRS_{it} \times MB_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}
 \end{aligned}$$

Em que:

AR: Retorno da ação da empresa *i* no ano *t*, medido a partir do início do quinto mês do ano fiscal em curso até o final do quarto mês do ano fiscal seguinte<sup>3</sup>;

FFO: Medida de desempenho composta por NI + DEP – GAIN (Lucro Líquido + Depreciação – Ganhos ou Perdas);

$\Delta$ FFO: Variação do FFO da empresa *i* do ano *t* – 1 para o ano *t* escalado pelo preço da ação ao início do ano *t*;

NI<sub>it</sub>: Lucro Líquido da empresa *i* no ano *t*;

DEP: Despesa de Depreciação;

<sup>3</sup> A forma utilizada para o cálculo da variável Retorno (AR) foi à mesma utilizada pelos autores Kang e Zhao (2010), Gore e Stott (1998) e Vincent (1999).

$\Delta DEP$ : Variação da depreciação da empresa  $i$  do ano  $t - 1$  para o ano  $t$ , escalado pelo preço da ação ao início do ano  $t$ ;

$GAIN_{it}$ : Ganhos ou Perdas na alienação de imobilizado da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$\Delta GAIN$ : Variação dos ganhos ou perdas na alienação de imobilizado da empresa  $i$  do ano  $t - 1$  para o ano  $t$  escalado pelo início do ano o preço da ação;

$\ln MV_{it}$ : Logaritmo do valor de mercado da empresa  $i$  em 31 de dezembro do ano  $t$ ;

$MB_{it}$ : *Market - to - book* (Valor de Mercado / Valor do Patrimônio Líquido por ação) da empresa  $i$  no início do ano  $t$ ;

Dano: variáveis *dummy* para cada ano (1996 a 2013).

DIFRS: variável *dummy* que assume 1 para o período pós-IFRS (2011 a 2013) e 0 para o período pré-IFRS no Brasil (1996 a 2007).

Foi utilizada a técnica “*winsor*”, já empregada em outras pesquisas brasileiras, como as de Lorencini e Costa (2012) e Costa et al (2012). O objetivo desta técnica é reduzir o efeito de *outliers*. A fração de ajuste das observações foi de 1% em cada cauda e o tratamento foi utilizado em todas as variáveis contábeis e de mercado utilizadas na regressão.

## 4- RESULTADOS

### 4.1-ANÁLISE DESCRITIVAS DOS DADOS

A Tabela 1 apresenta a análise descritiva dos dados antes das mudanças contábeis para as IFRS e evidencia que a variável que possui a maior média em relação às outras é Ln MV (logaritmo do valor de mercado em 31 de dezembro). Já a variável que apresenta maior desvio padrão dentre todas as variáveis é a MB (Valor de Mercado / Valor do Patrimônio Líquido Por Ação) e a variável GAIN (Ganhos ou Perdas do valor de mercado) apresenta média positiva, isto mostra que teve mais ganhos do que perdas ganho neste período.

TABELA 1- ANÁLISE DESCRITIVAS DOS DADOS PARA OS ANOS 1996 A 2007

VARIAVEL	OBS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
AR	2314	0,3861	0,7889	-0,7491	3,9044
FFO	2349	0,0685	1,6309	-6,9299	7,8301
DEP	2536	0,0057	0,1263	-0,5799	0,5026
GAIN	2350	0,0052	0,2911	-1,2814	1,2624
Lg MV	3226	12,1356	2,4010	3,9318	19,2466
MB	2599	1,5882	5,1020	0	136,2

Em que:

AR: Retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$ , medido a partir do início do quinto mês do ano fiscal em curso até o final do quarto mês do ano fiscal seguinte; FFO: Medida de desempenho composta por NI + DEP – GAIN (Lucro Líquido + Depreciação – Ganhos ou Perdas); NI: Lucro Líquido da empresa; DEP: Despesa de Depreciação; GAIN: Ganhos ou Perdas na alienação de imobilizado; Ln MV: Ln do valor de mercado em 31 de dezembro da empresa; MB: Market - to - book (Valor de Mercado / Valor do Patrimônio Líquido por ação).

O valor de mercado dividido pelo valor do patrimônio líquido por ação (variável MB) apresentou maior desvio padrão e maiores valores mínimos e máximos e sua média é a segunda maior. Os ganhos ou perdas (variável GAIN) apresentou a menor média em relação às outras variáveis.

TABELA 2- ANÁLISE DESCRITIVAS DOS DADOS PARA OS ANOS 2011 A 2013

VARIAVEL	OBS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
AR	820	-0,0099	0,4430	-0,7491	3,6044
FFO	735	-0,2930	0,6140	-6,9299	7,8302
DEP	736	0,0024	0,0455	-0,5708	0,3318
GAIN	735	0,0025	0,6826	-0,7547	1,2624
Ln MV	1222	14,0399	2,0740	6,9097	19,7563
MB	1175	2,4877	5,0299	0	86,7

Em que:

AR: Retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$ , medido a partir do início do quinto mês do ano fiscal em curso até o final do quarto mês do ano fiscal seguinte; FFO: Medida de desempenho composta por  $NI + DEP - GAIN$  (Lucro Líquido + Depreciação - Ganhos ou Perdas); NI: Lucro Líquido da empresa; DEP: Despesa de Depreciação; GAIN: Ganhos ou Perdas na alienação de imobilizado; Ln MV: Logaritmo do valor de mercado em 31 de dezembro da empresa; MB: Market - to - book (Valor de Mercado / Valor do Patrimônio Líquido por ação).

A tabela 2 apresenta as análises descritivas dos dados nos anos após IFRS onde podemos verificar que a variável Ln MV que apresentava a maior média no período anterior as IFRS continuam apresentando maior média, indicando que o valor de mercado continua aumentando de um período para o outro.

O Market - to - book (variável MB), que apresentava maior desvio padrão e valores máximos e mínimos no período anterior as IFRS e continua nos períodos pós IFRS.

TABELA 3 - COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS PRÉ E PÓS IFRS

VARIÁVEL	PERÍODO PRÉ IFRS			PERÍODO PÓS IFRS			DIFERENÇA
	OBS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	OBS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	
AR	2314	0,3861	0,7889	820	-0,0099	0,4430	0,0000***
FFO	2349	0,0685	1,6309	735	-0,2930	0,6140	0,1117
DEP	2536	0,0057	0,1263	736	0,0024	0,0455	0,4940
GAIN	2350	-0,0052	0,2911	735	0,0025	0,0682	0,4743
Ln MV	3226	12,1356	2,4010	1222	14,0399	2,0740	0,0000***
MB	2599	1,5882	5,1020	1175	2,4877	5,0299	0,0000***

Em que:

AR: Retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$ , medido a partir do início do quinto mês do ano fiscal em curso até o final do quarto mês do ano fiscal seguinte; FFO: Medida de desempenho composta por NI + DEP – GAIN (Lucro Líquido + Depreciação – Ganhos ou Perdas); NI: Lucro Líquido da empresa; DEP: Despesa de Depreciação; GAIN: Ganhos ou Perdas na alienação de imobilizado; Ln MV: Logaritmo do valor de mercado em 31 de dezembro da empresa; MB: Market - to - book (Valor de Mercado / Valor do Patrimônio Líquido por ação).

A tabela 3 apresenta a comparação das médias das variáveis no período pré e pós IFRS e mostra que a comparação entre as médias de retorno (variável AR), Ln do valor de mercado (variável Ln MV), e *Market - to - book* (variável MB) apresenta valores estatisticamente significativos. A variável, a despesa de depreciação (variável DEP) e os ganhos ou perdas (variável GAIN) apresentaram resultados não estatisticamente significativos.

## 4.2- RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Tabela 4 - Resultados da Pesquisa - Período Pré e Pós IFRS (1996 a 2013)

$$AR_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \Delta FFO_{i,t} + \beta_2 \Delta DEP_{i,t} + \beta_3 \Delta GAIN_{i,t} + \beta_4 \ln MV_{i,t-1} + \beta_5 BM_{i,t-1} \\ + \sum_{i=2013}^{1996} \beta_i Y_i + \beta_6 \text{dano}_t f + \beta_7 DIFRS_{it} + \beta_8 DIFRS_{it} \times \Delta FFO_{i,t} \\ + \beta_9 DIFRS_{it} \times \Delta DEP_{i,t} + \beta_{10} DIFRS_{it} \times \Delta GAIN_{i,t} \\ + \beta_{11} DIFRS_{it} \times \ln MV_{i,t-1} + \beta_{12} DIFRS_{it} \times BM_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

Variável Dependente: AR

Variáveis Independentes	Coefficientes	Estat. (t)
FFO	0,0997	7,43***
DEP	0,2037	1,24
GAIN	0,2270	3,40***
LnMV	-0,2733	-11,42***
BM	-0,0018	-0,41
DIFRSFFO	0,0709	1,13
DIFRSDEP	-1,7417	-2,59***
DIFRSGAIN	-0,8990	-1,44
DIFRSLnMV	0,0322	1,63*
DIFRSBM	-0,0020	-0,23
Observações: 2140	Prob > F = 0.0000	R2: 0,2844
Testes de somatório dos coeficientes		
DEP + DIFRSDEP	Prob > F = 0.02**	
GAIN + DIFRSGAIN	Prob > F = 0.28	
Estatisticamente significativa a:	***1%	**5%    *10%

Em que:

AR: Retorno da ação da empresa i no ano t, medido a partir do início do quinto mês do ano fiscal em curso até o final do quarto mês do ano fiscal seguinte; FFO: Medida de desempenho composta por NI + DEP – GAIN (Lucro Líquido + Depreciação – Ganhos ou Perdas); NI: Lucro Líquido da empresa; DEP: Despesa de Depreciação; GAIN: Ganhos ou Perdas na alienação de imobilizado; Ln MV: Logaritmo do valor de mercado em 31 de dezembro da empresa; MB: Market - to - Book (Valor de Mercado / Valor do Patrimônio Líquido por ação).

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 4 mostra os resultados antes e após a adoção das IFRS correspondentes aos anos de 1996 a 2013, onde se observa que os resultados referentes à variável DEP (variação da depreciação acumulada) antes das mudanças contábeis não apresentaram resultados estatisticamente significantes. Sendo assim, a depreciação contábil anterior à convergência para IFRS não apresenta conteúdo informacional para o mercado.

Antes das IFRS o cálculo da depreciação era feita através de percentuais preestabelecidos pela RFB e esses percentuais muitas vezes eram distantes da realidade da vida econômica do bem fazendo com que as informações contábeis da despesa de depreciação não fossem relevantes aos usuários internos e externos na tomada de decisões.

Outro ponto relevante apresentado antes das IFRS na Tabela 4 é o resultado estatisticamente significativo da variável GAIN (variação dos ganhos ou perdas), portanto permite admitir que o cálculo da depreciação dos ativos, através de percentuais estabelecidos por Lei pela RFB como ocorria antes do IFRS, levava as empresas a ganhos ou perdas na alienação dos seus ativos através da despesa de depreciação, fazendo com que as informações contábeis dos ganhos ou perdas na alienação do imobilizado fossem relevante para o mercado influenciando na tomada de decisões dos usuários internos e externos.

Os resultados relativos aos ganhos ou perdas (variável GAIN) sugerem que a estimativa da vida útil dos bens sem considerar o valor residual acaba por levar parte do valor econômico do ativo para a depreciação acumulada. Consequentemente, no momento da alienação dos ativos, ganhos e perdas significativos eram reconhecidos.

Os resultados pós-IFRS apresentados na Tabela 4 são estatisticamente significantes para a variável DEP (variação da despesa de depreciação). Esses resultados sugerem que as mudanças ocorridas no cálculo da Despesa de Depreciação alteraram seu conteúdo informacional, indo ao encontro das evidências encontradas nos estudos de Decalle et al. (2010), Liu e Yao (2012) e Suadíye (2012), que apontaram que as mudanças contábeis para às IFRS alteraram de maneira positiva na relevância da informação contábil.

Esses resultados são confirmados no somatório dos coeficientes das variáveis de despesas de depreciação antes e pós IFRS (DEP + DIFRSDEP) que apresenta resultados estatisticamente significativos a um nível de confiança a 95%, isto é, resultados estatisticamente diferentes de zero.

Observa-se que os resultados da variável GAIN (variação dos ganhos ou perdas) não são estatisticamente significativos para o período pós-IFRS, indicando que potencialmente o valor contábil do ativo estava mais próximo de seu valor econômico, dado que o valor residual passou a ser considerado para cálculo do valor depreciável. Conseqüentemente, os ganhos e perdas tendem a ser menores e menos significativos.

Esses resultados são confirmados através do somatório dos coeficientes das variáveis de ganhos ou perdas antes e pós IFRS (GAIN + DIFRSGAIN) que apresenta resultados não estatisticamente significativos, portanto o somatório apresenta resultados estatisticamente iguais à zero.

Os resultados referentes à variação dos ganhos e perdas (variável GAIN) complementam e corroboram com os estudos de Jiao et al. (2012), Daske et al. (2008) e Yip e Young (2012), que apontaram várias melhorias e benefícios como

redução de custo, maior qualidade da informação contábil entre outros após a implementação das IFRS.

Os resultados apresentados mostram que antes o IFRS a maneira de cálculo do valor da despesa de depreciação baseado em percentuais estipulados pela RFB e a não avaliação da vida útil do bem faz com que a despesa da depreciação não tenha relação com o retorno, conseqüentemente não é relevante o conteúdo informacional as informações contábeis.

Ao contrário do que acontece com os resultados antes o IFRS, os resultados após as mudanças contábeis mostram que a contabilidade mais próxima da gerencial do que da fiscal, o cálculo da despesa através da avaliação da vida útil do bem, a figura do valor residual e valores mais próximos da realidade econômica do bem fazem com que o valor da despesa de depreciação se torne relevante para o mercado tendo relação com o retorno, influenciando na tomada de decisões dos usuários internos e externos.

Os resultados do estudo sugerem que as Despesas de Depreciação reconhecidas nas demonstrações contábeis são relevantes para o mercado e apresenta aumento no conteúdo informacional pós IFRS. Estes achados corroboram com os estudos precedentes Macedo et al. (2013) e Barros et al. (2013), que indicam aumento do conteúdo informacional e relevância da informação contábil pós convergência contábil no Brasil.

## 5- CONCLUSÃO

Este trabalho investigou o impacto no conteúdo informacional da despesa de depreciação após a adoção da IFRS. Para alcançar os objetivos deste trabalho e responder a questão de pesquisa foi feita uma análise dos dados contábeis e financeiros de empresas brasileiras de capital aberto listadas no Bovespa no período de 1996 a 2013, período anterior à implantação da Lei 11638/07 (1996 a 2007); e o período após a sua efetiva implantação no Brasil a partir de 2011.

Os resultados obtidos sugerem que antes das mudanças contábeis as informações relativas às despesas de depreciação não tinham relação com o retorno, portanto não eram relevantes para o mercado. Mas a variável GAIN (variação de ganhos ou perdas) mostra-se estatisticamente significativa, o que indica que a maneira de calcular a despesa de depreciação através de percentuais estabelecidos pela RFB geravam ganhos ou perdas para as empresas.

Os resultados obtidos sugerem também que a adoção do novo modelo contábil trouxe mudanças no conteúdo informacional, tanto para a variável DEP (variação de despesa de depreciação) quanto para a variável GAIN (variação de ganhos ou perdas).

Assim, o cálculo da despesa de depreciação por meio da avaliação da vida útil do bem, a figura do valor residual e valores possivelmente mais próximos da realidade econômica do bem fazendo que a contabilidade seja mais próxima da gerencial do que da fiscal, fazem com que o valor da despesa de depreciação não gere ganhos e nem perdas para as empresas como também se torne relevante para o mercado tendo relação com o retorno, influenciando na tomada de decisões dos usuários internos e externos.

Em suma os resultados estão em linha com os estudos de Macedo et. al (2013); Barros et. al (2013); Devalle et al. (2010), apontando que houve aumento no conteúdo informacional após a adoção das IFRS no Brasil.

A presente pesquisa também encontrou indicadores que permitem admitir que houve alteração no conteúdo informacional da despesa de depreciação, na medida em que essa variável se mostrou estatisticamente relevante e que sugere que ela passou a oferecer informações relevantes para o mercado após a adoção das IFRS. Assim esses resultados podem ser úteis para tomada de decisão de investidores e credores bem como para a empresa e auditorias.

Este estudo contribui com o debate sobre o impacto da adoção das novas normas contábeis (IFRS) sobre as empresas brasileiras, porque reforçou a relevância da informação contida na despesa de depreciação para o mercado.

A pesquisa apresenta limitações devido ao fato de existir vários setores das empresas brasileiras de capital aberto, portanto com tamanhos de imobilizados diferentes, outra limitação da pesquisa foi os valores a custo atribuído.

Sugere-se para futuras pesquisas um estudo que possa mostrar se há gerenciamento de resultados por escolhas contábeis no que diz respeito ao cálculo da depreciação após IFRS.

Por fim, espera-se que as evidências encontradas neste estudo possam contribuir para aumentar o conhecimento sobre despesa de depreciação e seu impacto no mercado após a adoção das normas contábeis, como também contribuir para a discussão sobre os efeitos do processo de convergência contábil no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AHMED, Kamran ; CHALMERS, Keryn ; KHLIF, Hichem. A Meta-analysis of IFRS Adoption Effects. **The International Journal of Accounting**, 48 (2013) 173–217.

BAPTISTA, Evelyn M. B. Ganhos em Transparência versus novos Instrumentos de Manipulação: O Paradoxo das Modificações Trazidas pela Lei Nº 11.638. **Revista de Administração e Economia** – São Paulo – V. 49 – n 2 – abr/jun 2009.

BARROS, Claudio Marcelo Edwards; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci, FREITAS, Aline Carneiro. A Relevância da Informação Contábil no Mercado Acionário Brasileiro: Uma Análise Empírica de Companhias Listadas na BM&FBOVESPA antes e após a Promulgação da Lei 11.638/07. **Revista Ambiente Contábil** – UFRN – Natal-RN. v. 5. n. 1, p. 241 – 262, jan./jun. 2013.

BAUMOL, William J. Optimal Depreciation Policy: Pricing the Products of Durable Assets. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, Vol. 2, No. 2 (Autumn, 1971). Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3003010>. Acesso em 22/02/2014.

BEAVER, William H. The information content of annual earnings announcements. **Empirical Research in Accounting**. Selected Studies, p.67-92, 1968.

BECK, Franciele; MOURA, Geovanne Dias de; KLANN, Roberto Carlos; BEZERRA, Francisco Antônio. **Principais Alterações Internas em uma Empresa de Capital Aberto**: um estudo do impacto da Convergência Contábil sob a ótica contingencial. Disponível em: [http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/2/CUE%20135.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/CUE%20135.pdf). Acesso em 18 de janeiro de 2014.

BIAZOTTO, Luiz Henrique; SAITO, Roberto Massaru Morita; SILVA, Rodolfo Menon da. O Nível de Disclosure dos Ativos Imobilizados das Companhias de Capital Aberto com Ações na BM&FBOVESPA. Disponível em <http://www.danielnogueira.com.br/selecionados/578-38142.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2013.

BRASIL. Decreto n.3.000 de 26 de Março de 1999. **RIR – Regulamento do Imposto de Renda/99**.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as **Sociedades por Ações**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em 20 de dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em 20 de dez. 2013.

\_\_\_\_\_ Lei Ordinária nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm). Acesso em 21 de dez. 2013.

\_\_\_\_\_ Lei Ordinária nº. 12.973/14, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ, à contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, à contribuição para o PIS/PASEP e à contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS; revoga o regime tributário de transição – RTT. Disponível em <HTTP://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/119305380/lei12973-14>. Acesso em 04 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_ SRF – **Parecer Normativo nº 01/2011**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/PareceresNormativos/2011/parecer012011.htm>. Acesso em 04/08/2014.

CALLAO, Susana; JARME, José I. ; LAÏNEZ, José A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. **Journal of international Accounting, Auditing and Taxation**. 16 (2007) 148–178.

COSTA, Fábio Moraes; REIS, Danilo José Santana dos; TEIXEIRA, Arilda Magna Campagnaro. Implicações de Crises Econômicas na Relevância da Informação Contábil das Empresas Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 6, n. 2, art. 2, p. 141-153, abr./jun. 2012.

COSTA, Thiago de A.; SILVAB, Adolfo H. C.; LAURENCEL, Luiz da C.. Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. **Revista Contabilidade e Organizações** 18 (2013) 26-36.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível [http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento\\_conceitual.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf) . Acesso em 07 de março de 2014

\_\_\_\_\_ CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 27 – **Ativo Imobilizado**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em 20 de Dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_ CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 20 Dez., 2013.

DAVIDSON, Sidney; DRAKE, David F. Capital Budgeting and the "Best" Tax Depreciation Method. **The Journal of Business**, Vol. 34, No. 4 (Oct., 1961), pp. 442-452. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2351145>. Acesso em 22/02/2014.

DASKE, Holder; HAIL, Luzi; LEUZ, Chistian; VERDI, Rodrigo. Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences. **Journal of Accounting Research**, Vol. 46 No. 5 December 2008.

DEVALLE, Alain; ONALI, Enrico; MAGARINI, Riccardo. Assessing the Value Relevance of Accounting Data After the Introduction of IFRS in Europe. **Journal of International Financial Management and Accounting** - 2010.

ECKERT, Alex; MECCA, Marlei Salete; BIASIO, Roberto; SOUZA, Karmine Mattiuz. Normas Contábeis de Reconhecimento e Mensuração do ativo Imobilizado: Impacto em Empresas de Bens Industriais Gaúchas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n.2, p.69-89, maio/ago. 2012.

ECKERT, Alex; MECCA, Marlei Salete; BIASIO, Roberto; SOUZA, Karmine Mattiuz. Normas Contábeis de Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado: Impacto em Empresas de Bens Industriais Gaúchas Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n.2, p.69-89, maio/ago. 2012.

ECKERT, Alex; MECCA, Marlei Salete; BIASIO, Roberto; OKIVEIRA; Patricia de Lima de. Mudanças no Ativo Imobilizado Decorrentes da Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS: o caso da Alfa Fundação e Tecnologia. **Revista Ambiente Contábil** v. 4, n.2, p.56 -73, jul/dez 2012.

FERREIRA, Felipe Ramos; MARTINEZ, Antonio Lopo; COSTA, Fábio Moraes; PASSAMARI, Renato Rovetta. *Book – Tax Differences e Gerenciamento de Resultados no Mercado de Ações do Brasil*. **RAE São Paulo** v. 52 n. 5 set. /out. 2012 - 488-501 489.

FREIRE; Mac Daves de Moraes, MACHADO; Michele Rílany Rodrigues, MACHADO; Lúcio Souza, SOUZA; Emerson Santana, OLIVEIRA; Johnny Jorge. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 6 n. 15 (2012) p. 3-22.

FREIRE; Mac Daves de Moraes, MACHADO; Lúcio Souza, OLIVEIRA; Johnny Jorge, MACHADO; Michele Rílany Rodrigues, SOUZA; Emerson Santana. Aderência às IFRS por parte de Empresas Brasileiras listadas na BM&F Bovespa, no Setor de Bens Industriais – utilização de taxas de depreciação fiscais ou por estimativa de vida útil econômica dos bens do Ativo Imobilizado. **Anais...12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2012.

FORMIGONI, Henrique; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; PAULO, Edilson; PEREIRA, Carlos Alberto. Estudo sobre os Incentivos Tributários para o Gerenciamento de Resultados Contábeis nas Companhias abertas brasileiras. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, 9(1): 41-52, janeiro/março 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRA (FISCAFI). **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

GILIO, Luciano; AFONSO, Luis Eduardo. Grau de aproximação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira em função da Convergência às Normas do IASB. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília v. 16, n. 3, p. 70 - 89 . set/dez 2013. Dissertação Mestrado USP, 2011.

GILIO, Luciano. Aproximação da Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira com a Convergência Contábil Brasileira às Normas IFRS.

GORE, R., and D. Stott. 1998. Toward a more informative measure of operating performance in the REIT industry: Net income vs. funds from operations. **Accounting Horizons** 12 (4): 323–339.

HAVERALS, Jacqueline. IAS/IFRS in Belgium: Quantitative analysis of the impact on the tax burden of companies. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation** 16 (2007) 69–89.

HILL, Peter. **Capital stocks, capital services and depreciation**. In: third meeting of the Canberra Group on Capital Stock Statistics, Washington, DC. 1999.

HORTON, J., & Serafeim, G. (2006). Market response to and the value relevance of reconciliation adjustments from UK GAAP to IFRS GAAP: First evidence from the UK. Acesso através do site <http://ssrn.com/abstract=923582>, em 23 de maio de 2014.

IFRS Foundation – IAS 16 Property, Plant and Equipment. Acesso através do site <http://www.ifrs.org/search/Pages/Results.aspx?k=IAS16>, em 31 de julho de 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. Sao Paulo:Atlas, 1995.

YIP, Rita W. Y.; YOUNG, Danqing. Does Mandatory IFRS Adoption Improve Information Comparability? **The Accounting Review**. Vol. 87- No. 5 - pp. 1767–1789- 2012.

JACKSON, Scott B.; LIU, Xiaotao (Kelvin); CECCHINI, Mark. Economic consequences of firms' depreciation method choice: Evidence from capital investments. **Journal of Accounting and Economics** 48 (2009) 54–68

JERMAKOWICZ, Eva K. Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies. **Accounting in Europe** - Vol. 1, 2004.

JIAO, Tao; KONING, Miriam; MERTENS, Gerard; ROOSENBOOM, Peter. Mandatory IFRS Adoption and its Impact on Analysts' forecasts. **International Review of Financial Analysis** 21 (2012) 56–63.

KANG, Sok-Hyon; ZHAO, Yuping. Information Content and Value Relevance of Depreciation: A Cross-Industry Analysis. **THE ACCOUNTING REVIEW**, Vol. 85, No. 1, 2010 pp. 227–260.

KEATING, A. Scott; ZIMMERMAN, Jerold L. Depreciation-policy changes: tax, earnings management, and investment opportunity incentives. **Journal of Accounting and Economics** 28 (2000) 359 - 89.

LANDSMAN, Wayne R.; MAYDEW, Edward L.; THORNOCK, Jacob R.. The information content of annual earnings announcements and mandatory adoption of IFRS. **Journal of Accounting and Economics** - 53 (2012) 34–54.

LIMA; João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Lin, Z. J., & Chen, F. (2005). Value relevance of international accounting standards harmonization: Evidence from A-share and B-share markets in China. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, 14(2), 79–103.

LIU, Chunhui; YAO, Lee J.; YAO, Michelle Y. M. Value Relevance Change Under International Accounting Standards: An Empirical Study of Peru. **Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies**. Vol. 15, No. 2 (2012), 1150008 (17 pages).

LYRA, Ricardo Luiz Wust Correa de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise do Conteúdo Informacional dos Investimentos em Ativos Imobilizados: Um estudo de Eventos em Empresas Negociadas na BOVESPA. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 2, p. 39-53 maio/ago. 2007.

LOPES, A. B.; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

LORENCINI, Fernando Drago; COSTA, Fábio Moraes da. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção *versus* baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista de Contabilidade e finanças**. vol.23 no.58 São Paulo Jan./Apr. 2012

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; MENDONÇA, Pedro Henrique Cardoso. Impacto da Convergência às Normas Contábeis Internacionais no Brasil Sobre o Conteúdo Informacional da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. REPEC, Brasília, v. 7, n. 3, art. 1, p. 222-239, jul./set. 2013.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis ; MACHADO, Márcio André Veras. Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil Num Contexto

de Convergência às Normas Contábeis Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 1, p. 65 – 85, jan./mar. 2013.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis ; MACHADO, Márcio André Veras; MURCIA, Fernando Dal Ri. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **Revista Contabilidade e Finanças** – USP, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 299-318, set./out./nov./dez. 2011.

MACHADO, Lúcio de Souza; MURILO, Santos Floresta; MACHADO, Michele Ílany Rodrigues. Análise da Adequada Evidenciação e Divulgação das Práticas Contábeis Aplicadas aos Ativos Imobilizados e Intangíveis, por Empresas Localizadas em Goiás, sob Ótica das IFRS. XV SEMEAD – Seminário de Administração. Outubro/2012.

MACIEL, Márcia Cristina. **Convergência Contábil e o Impacto no Grau de Conservadorismo das Companhias Brasileiras com baixa e alta Influência Tributária**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças–FUCAPE.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Helio Rieger de; SALOTTI, Bruno Meirelles. Efeitos do Regime Tributário de Transição na Carga Tributária das Companhias Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organização** - 19 (2013) 4-15.

MORAIS, Ana Isabel; CURTO, José Dias. Accounting Quality and the Adoption of IASB Standards – Portuguese Evidence. **Revista contabilidade Financeira** – USP – São Paulo – V. 19, nº 48 . pag . 103 – 111. Setembro/ dezembro 2008.

NASCIMENTO, Marília; PIRES, Mirian Albert; COSTA, Fábio Moraes; TASSO, Carla Cristina. Análise do Conteúdo Informacional das Demonstrações Contábeis em US-GAAP: Um estudo de evento. In: 6º Congresso USP Controladoria e Contabilidade e 3º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade. 2006.

NETO, Alfredo Sarlo; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo; LOSS, Lenita; LOPES, Alexsandro Broedel. O diferencial no impacto dos resultados contábeis nas ações ordinárias e preferenciais no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade e Finanças** - vol.16 no.37 São Paulo Jan./Apr. 2005.

NOGUEIRA, Ms Daniel Ramos; BIAZOTTO, Contato–Luiz Henrique. **O Nível de Disclosure dos Ativos Imobilizados das Companhias de Capital Aberto com Ações na BM&FBovespa**. Disponível em <http://www.danielnogueira.com.br/selecionados/578-38142.pdf>. Acesso em 16 de Out. de 2013.

OLIVEIRA; Valdiney Alves, LEMES; Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para

a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Finanças** – USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago. 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade introdutória e Intermediária**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

POWELL, Richard; THOMAS, Wayne B.; BAINBRIDGE, Ted. Depreciation and the Market's Valuation of Earnings. **Advances in Accounting**, Volume 18, pages 221-236. Copyright © 2001 by Elsevier Science Ltd.

REIS; Luciano Gomes, NOGUEIRA; Daniel Ramos. Disclosure do Ativo Imobilizado: Análise das Práticas pelas Empresas do Novo Mercado Considerando o CPC 27. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 3, N. 4, P. 54- 67, Jan/Jun. 2012.

RFB – Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa SRF n.162**, de 31 de dezembro de 1998.

\_\_\_\_\_. Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa SRF n.130**, de 10 de novembro de 1999.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco; FREITAS, Sheizi Calheira de; LIMA, Iran Siqueira. Os Efeitos da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças** – USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011

Schiebel, A. (2006). Value relevance of German GAAP and IFRS consolidated Financial Reporting: An empirical analysis on the Frankfurt Stock Exchange. Acesso através do site <http://ssrn.com/abstract=916103>, em 23 de maio de 2014.

SILVA, Carlos Antônio Gonçalves; CROZATT, Jaime. A Demonstração do Resultado Econômico na Gestão de Políticas Públicas: Avaliação da Aplicabilidade Pelos Auditores da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de São Paulo. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, ISSN 1984-6266 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v.5, n.2, p.8-24, maio/ago. 2013.

SOUZA, Júlia Alves e; NETO, Alfredo Sarlo; VARGAS, Luiz Henrique Fernandes; DEMONIER, Gladys Brommoschenkel. Práticas Contábeis de empresas Brasileiras antes e após a Adoção das Normas Internacionais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 55 - p. 76, set/dez., 2013.

SILVA, Angelino Fernandes; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Análise da Relevância da Informação Contábil no setor brasileiro de Energia Elétrica no Período de 2005 a 2007: uma Discussão com Foco

nas Variáveis LL, FCO E EBITDA. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 8, n. 2, p. 06-24, abr./jun., 2012.

SUADIYE, Gulhan. Value Relevance of Book Value & Earnings Under the Local GAAP and IFRS: Evidence from Turkey. **EGE AKADEMİK BAKIŞ / EGE ACADEMIC REVIEW**. Cilt 12, sayı 13, temmuz 2012.

TELLES, Samantha Valentim. **Divulgação da Informação Contábil sobre Depreciação: o antes e o depois da adoção das IFRS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, Clilson Castro; TAMER, Carla Macedo Velloso dos Santos; SOARES, Luiz Augusto de Carvalho Francisco; LIMA Mariomar de Sales. Implantação da depreciação no setor público e procedimentos contábeis: um estudo em uma instituição pública de ensino superior. **Revista Contemporânea em Contabilidade**. ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v. 10, n. 20, p.113-138, mai./ago. 2013.

Vincent, L. 1999. The information content of funds from operations (FFO) for real estate investment trusts (REITs). **Journal of Accounting and Economics** 26 (1): 69–104.

*KANG, Sok-Hyon; ZHAO, Yuping*. Information Content and Value Relevance of Depreciation: A Cross-Industry Analysis. **THE ACCOUNTING REVIEW**, Vol. 85, No. 1, 2010 pp. 227–260.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.